

Ainda sobre a superexposição negativa da Unicamp

A constante exposição de fatos negativos relacionados à Unicamp em órgãos da grande imprensa verificada nos últimos meses preocupa a Direção da ADUNICAMP. Esta questão foi abordada em Boletim da entidade datado de 08/03/2001. A ADUNICAMP apóia o sentido da manifestação em carta aberta à comunidade acadêmica e à sociedade assinada pelos diretores das Unidades de Ensino e Pesquisa da Unicamp, distribuída em 19/03/2001.

No manifesto os diretores destacam que “a história da Unicamp, patrimônio científico e cultural por nós construído, resultado do investimento intelectual e do entusiasmo de toda a comunidade, é um bem precioso”, avaliação com a qual estamos de pleno acordo. No entanto, não podemos perder de vista que se trata de uma universidade pública, portanto, sujeita ao crivo e acompanhamento da sociedade.

A exposição freqüente, em vez de pontuar aspectos relevantes do ensino e pesquisas da Instituição se prende a fatos depreciativos ou polêmicos. Há de se reconhecer que atos ou decisões que fragilizam a Universidade às vezes se transformam prontamente em pautas para noticiário da grande imprensa. Exemplos disto são a ausência de informações sobre o longo processo de investigação de denúncias de supostas irregularidades, envolvendo o vice-prefeito do campus, Prof. Luis Carlos de Almeida e também a maneira pela qual a Reitoria conduziu a questão da suspensão do processo de contagem de tempo para fins de aposentadoria.

Esta última questão foi abordada pela imprensa, por vezes de forma controvertida, desde a suspensão do processo de contagem, pelo Reitor, em janeiro de 1999. Desta suspensão resultou a abertura de inquérito para investigação pelo Ministério Público de supostas ilegalidades. A publicação no jornal Folha de São Paulo de 15/08/2000 de matéria de autoria do jornalista Élio Gáspari, (“A boca-rica das aposentadorias da Unicamp”) trata a contagem de tempo – uma importante questão para os docentes – como instrumento que permite a exis-

tência de marajás na Instituição. Este fato demonstra que a desinformação, avaliações e iniciativas equivocadas podem levar à divulgação e à formação de imagem distorcida da nossa Universidade.

Lamentavelmente a distorção é verificada também em informativos oficiais da Reitoria. O informativo Unicamp Fatos de 18/12/2000, a propósito da decisão do Consu sobre revogação do artigo 38 § 2º do Esunicamp pelo Consu, com preservação dos direitos adquiridos, traz a manchete “Aposentadoria: mantida medida considerada inconstitucional”. A ilustração da matéria sugere a presença de “fantasmas” na Universidade (ver próximo Boletim, número 4). Ações deste tipo, que entendemos como desrespeitosas ao conjunto dos docentes da Instituição, colaboram para fragilizar a Unicamp, subsidiam equívocos de avaliações por parte da imprensa e comprometem a imagem da Universidade junto à opinião pública.

Consoantes com a defesa incondicional da autonomia universitária, os docentes foram até a última instância da Unicamp, que é seu Conselho Universitário,

e jamais deram chances para que esta questão fosse tratada de forma panfletária e equivocada. Quando a imprensa interveio, esclarecemos. Quando chegou ao Judiciário, a Adunicamp, em defesa da Universidade e de seus docentes, tomou a iniciativa de entrar em juízo e pedir *litisconsorte* no processo judicial. A defesa elaborada pela entidade será publicada proximamente sob forma de revista especial.

Entendemos que, se a divulgação de fatos negativos foge ao controle, o instrumento mais eficaz não será, certamente, a tentativa de impedir ou desqualificar fatos, entidades ou pessoas, mas a **transparência** capaz, esta sim, de recolocar a Universidade nas páginas dos jornais pelo seu nível de excelência em pesquisas e qualidade de ensino, atributos que a situam entre as mais importantes universidades do país.

No manifesto os diretores destacam que a “história da Unicamp, patrimônio científico e cultural por nós construído, resultado do investimento intelectual e do entusiasmo de toda a comunidade, é um bem precioso”, avaliação com a qual estamos de pleno acordo

Aprovada pauta de reivindicação da Campanha Salarial 2001

A Assembléia Geral Extraordinária convocada pela Diretoria da Adunicamp e realizada no dia 15/03/2001 no Auditório da entidade aprovou por unanimidade a pauta de reivindicações elaborada pelo Fórum das Seis para a Campanha Salarial 2001. Ficou definido na Assembléia que os docentes das universidades públicas paulistas reivindicarão ao Cruesp a manutenção da política que proteja os ganhos salariais da categoria.

A proposta referendada pela Assembléia e que será entregue pelos integrantes do Fórum aos representantes do Cruesp no próximo dia 28, na USP, prevê a reposição salarial de acordo com a inflação de maio de 2000 a maio deste ano, estimada pelo Dieese em 8,7%,

o recebimento de 4,3% referentes ao resíduo da Campanha Salarial de 2000 e que colocaria os salários da categoria nos níveis do que eram recebidos em 1995.

Uma das preocupações na estruturação da Campanha Salarial deste ano foi a estreita ligação com os integrantes da Assembléia Legislativa, no sentido da realização de atividades de conscientização aos deputados sobre as despesas assumidas pelas universidades públicas paulistas por conta do atendimento à saúde da população e a folha de aposentados. Outra discussão travada no Fórum das Seis e levada ao conhecimento durante a Assembléia foi relativa à reafirmação na pauta de reivindicações de que o pagamento dos salários dos funcionários e docentes apo-

sentados deva ser efetuado a partir da folha de pagamento das universidades. Na Assembléia foi aprovada, também por unanimidade, a criação, no âmbito do Fórum das Seis, de um grupo de trabalho para discussão da questão previdenciária.

A Campanha Salarial de 2001 vem sendo estruturada pelo Fórum das Seis desde meados de fevereiro. Uma das deliberações das reuniões do grupo foi solicitar ao Cruesp a continuação das reuniões da Comissão de Acompanhamento do ICMS que, de acordo com o conselho dos reitores, se encerraram em fevereiro. O Cruesp remeteu esta questão para as reuniões da data-base de 2001 e comprometeu-se a enviar as planilhas ao Fórum mês a mês.

Definido calendário de sucessão na Adunicamp

O calendário para sucessão na Adunicamp foi aprovado por unanimidade pela Assembléia Geral Extraordinária convocada pela entidade e realizada no dia 15/03/2001. Ficou decidido que a convocação da eleição e a abertura do prazo de inscrição das chapas interessadas em disputar o plei-

to será o próximo dia 02 de abril. O encerramento do período de inscrição das chapas se dará no dia 07 de maio às 17 horas.

A eleição ocorrerá nos dias 15, 16 e 17 de maio, das 9 horas às 16h30, podendo ser estendido à juízo da Comissão Eleitoral. Também foi aprovado pela As-

sembléia que a apuração dos votos se dará no dia 18 de maio e que a posse da nova Diretoria da entidade será no dia 18 de maio em horário a combinar.

A Comissão Eleitoral será composta por três membros da Diretoria, além de um representante de cada chapa inscrita.

Calendário

Convocação para inscrição de chapas	02/04
Encerramento da inscrição de chapas	07/05
Eleição	15, 16, 17/05
Posse	30/05